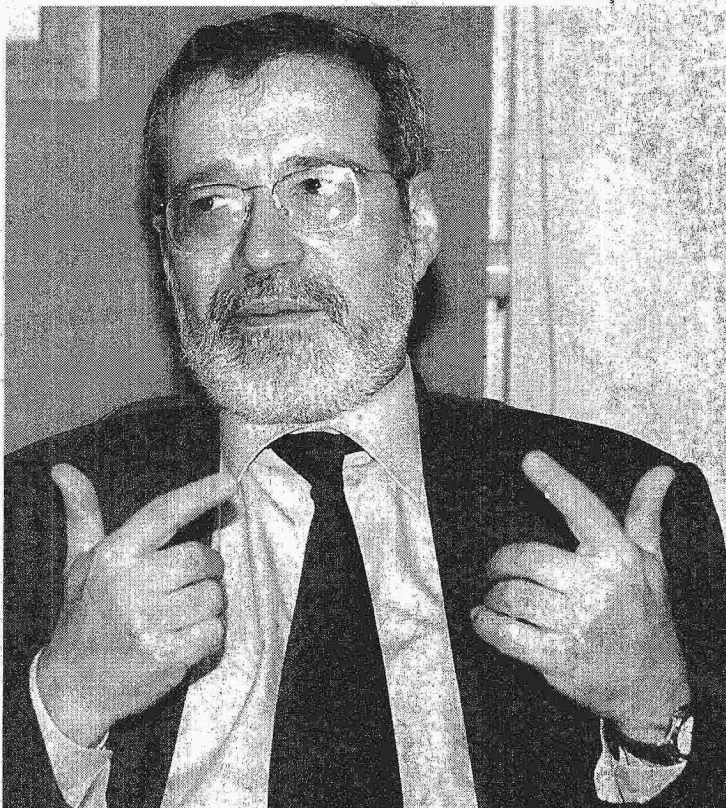




Everardo Maciel (E) e Pedro Parente afirmam que a emenda que vincula recursos da saúde não alteraria receita do governo

Emenda da Saúde isola o PFL

MARIA LÚCIA DELGADO

BRASÍLIA - O PFL deverá ficar sozinho na luta contra a proposta de emenda constitucional que destina 12% da arrecadação dos estados e 15% da arrecadação dos municípios à área de saúde. A proposta foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado na quarta-feira passada, com apoio unânime do PMDB e do PSDB, apesar de o ministro da Fazenda, Pedro Malan, temer os efeitos da vinculação.

O ministro da Saúde, José Serra, acompanhou de Genebra, na Suíça, a discussão na comissão do Senado e as negociações com o governo. Serra é o maior defensor da vinculação, apesar das reações negativas de alguns governadores tucanos, como o de São Paulo, Mário Covas, e o do Ceará, Tasso Jereissati.

O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), disse que o governo não pretende propor alterações no projeto. Segundo o ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente, "do ponto de vista fiscal, a medida é neutra para a União". O secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, endossou: "Não há mudança em nossa receita e despesa".

Levantamento - A Secretaria de Investimentos do Ministério da Saúde está preparando um levantamento sobre o percentual que cada estado destina ao setor. "O governo apóia a proposta, mas apenas fará novamente a ressalva de que os estados não terão qualquer ressarcimento da União", disse o líder José Roberto Arruda.

O ministro Pedro Malan levantou a possibilidade de algum parlamentar do PSDB

apresentar emenda enfatizando a vinculação dos recursos, mas não obteve apoio na bancada tucana. "Essa emenda seria desnecessária porque a Lei de Responsabilidade Fiscal já explicita essa restrição", argumentou o líder do governo no Senado.

A outra emenda defendida pela equipe econômica modificaria o artigo 76 do projeto, que obriga a União a aplicar, na Saúde, no período de 2001 a 2004, um montante de recursos na Saúde corrigido pela variação do Produto Interno Bruto (PIB) nominal do ano anterior.

A equipe econômica defendia um reajuste pelo PIB real, que não leva em conta a inflação do período, argumentando que a mudança poderia gerar uma economia de R\$ 200 milhões.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-

BA), vai ignorar o acordo entre os membros da CCJ para votar a proposta em 7 de junho. "Vai ser pelo prazo que eu achar conveniente, até porque quem manda sou eu", afirmou.

Governadores - Segundo levantamento feito pelo PFL, a vinculação dos recursos da saúde tem oposição dos governadores de 13 estados: Bahia, Ceará, Espírito Santo, Piauí, Maranhão, Rondônia, Roraima, Paraíba, Pernambuco, Mato Grosso, Santa Catarina, Goiás e Paraná.

O forte apelo do tema da saúde pode levar o PFL a liberar os votos da bancada no Senado. Na CCJ, os senadores pefelistas Romeu Tuma, Djalma Bessa e Edison Lobão se abstiveram de votar. A senadora Maria do Carmo Alves disse ao líder do partido, Hugo Napoleão, que gostaria de votar a favor.